



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos

Nota Técnica nº 10/2020/CGRH/DRHB/SNSH-MDR

PROCESSO Nº 59000.009279/2020-91

1. ASSUNTO

1.1. Publicação de Resolução *ad referendum* do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, que dispõe sobre a realização de reuniões por meio de videoconferência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e suas instâncias, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, e dá outras providências.

2. REFERÊNCIAS

2.1. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

2.2. Decreto nº 10.000, de 03 de setembro de 2019, 1857366, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

2.3. Resolução CNRH nº 151, de 12 de dezembro de 2012 - Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

2.4. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que trata das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus.

2.5. Portaria MS nº 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. Em virtude das medidas de proteção para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19), foram suspensas, desde 13 de março de 2020, as reuniões presenciais no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Considerando que não há previsão legal no Decreto nº 10.000/2019 para a realização de reuniões virtuais, nem no Regimento Interno do CNRH, elaborou-se esta proposta de resolução *ad referendum* que autoriza, em caráter excepcional e temporário, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, a realização de reuniões por meio de videoconferência.

3.2. Ressalta-se que os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, a

exemplo do Rio de Janeiro e Minas Gerais, estão publicando atos normativos semelhantes ao aqui proposto, visando dar a legitimidade necessária para o uso da tecnologia de videoconferências, de forma célere e objetiva, não prejudicando a agenda de reuniões e as pautas importantes para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

4. **ANÁLISE**

4.1. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, é um órgão colegiado, consultivo e deliberativo, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH, criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com as alterações dadas pelas Leis nºs 9.984/2000, 12.334/2010 e 9.666/2019, atualmente regulamentado pelo Decreto nº 10.000, de 03 de setembro de 2019. É composto por Ministérios com atuação no gerenciamento ou no uso das águas, bem como por representantes dos Conselhos Estaduais e Distrital de Recursos Hídricos, representantes dos setores usuários e da sociedade civil.

4.2. Considerando a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) declarada em 12 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e as determinações do Ministério da Saúde, no sentido de evitar a realização de eventos presenciais devido aos riscos advindos da aglomeração de pessoas para fins de propagação do novo Coronavírus, as reuniões presenciais no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em todas as suas instâncias, foram suspensas desde 13 de março de 2020, sendo necessária a adequação dos procedimentos para a continuidade das reuniões frente a nova realidade de isolamento social.

4.3. Com às restrições advindas da pandemia tornou-se essencial que os órgãos colegiados se reúnam e deliberem de forma virtual, valendo-se de recursos tecnológicos que permitem a participação de agentes públicos, situados em diferentes partes do país. No caso específico do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o Decreto nº 10.000/2019 ou em seu Regimento Interno não está prevista a realização de reuniões por meio de videoconferência, fato que impossibilitou a imediata retomada dos trabalhos deste Conselho.

4.4. Assim, dada a premência de se assegurar a continuidade das discussões no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, bem como de propiciar o andamento das matérias de interesse do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, propõe-se a publicação de resolução *ad referendum*, assinada pelo presidente do CNRH, autorizando a realização de reuniões virtuais com uso de tecnologia que permita discussão e votação remota, sem a presença física dos seus membros.

4.5. A proposta de Resolução *ad referendum* do Conselho (1858239) foi amplamente discutida no âmbito do Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas, contando, também, com contribuições da Agência Nacional de Águas.

4.6. A publicação da norma encontra respaldo legal no § 5º, art. 6º, do Decreto nº 10.000/2019:

§ 5º Excepcionalmente, mediante justificativa, o Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos poderá editar atos *ad referendum* do Plenário, que serão apreciados na primeira reunião subsequente à edição do ato.

4.7. A norma está fundamentada no preâmbulo e nos "Considerandos", bem como estruturado em quatro artigos, sendo que o art. 1º apresenta o objetivo da norma, que é autorizar a realização de reuniões por meio de videoconferência.

RESOLUÇÃO CNRH N. 210, DE DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre a realização de reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de suas instâncias por meio de videoconferência, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, em especial o disposto no seu § 5º do art. 6º, e na forma do seu Regimento Interno, e

Considerando as recomendações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde no sentido de evitar a realização de eventos presenciais devido aos riscos advindos da aglomeração de pessoas para fins de propagação do novo Coronavírus (Covid-19);

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que trata das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus, regulamentada pela Portaria MS nº 356, de 11 de março de 2020;

Considerando que, desde 13 de março de 2020, estão suspensas as reuniões presenciais em todas as instâncias deste Colegiado;

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade das discussões no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, bem como de propiciar o andamento das matérias de interesse do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, resolve:

Art. 1º. Autorizar, em caráter excepcional e temporário, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, a realização de reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de suas instâncias por meio de videoconferência.

Art. 2º. As reuniões por meio de videoconferência serão realizadas conforme calendário fixado pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e obedecerão às normas constantes do Regimento Interno.

§ 1º. No ato de convocação das reuniões será solicitado, aos conselheiros ou aos representantes nas câmaras técnicas e grupos de trabalho, que confirmem a presença do respectivo participante com até três dias de antecedência.

§ 2º. A Secretaria Executiva encaminhará, por e-mail institucional, com até dois dias de antecedência, um link para dar acesso à videoconferência aos representantes que tiverem confirmado antecipadamente sua presença.

§ 3º. O registro de presença dos membros nas reuniões levará em conta o número de representantes que acessarem a videoconferência na abertura dos trabalhos, nos dias e horários determinados, tanto para o quórum de início quanto para o quórum de votação.

§ 4º. Caso ocorra algum problema técnico na geração do sinal que resulte na perda do quórum, a reunião será interrompida pelo prazo de até 30 (trinta) minutos.

§ 5º. No caso da necessidade de interrupção da reunião por motivos técnicos de geração de sinal, a reunião deverá ter sequência no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 3º. A Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos fica autorizada a expedir os atos necessários à operacionalização desta Resolução e a dirimir os casos omissos.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

4.8. O art. 2º informa que a Secretária Executiva do CNRH fixará um cronograma com as datas das reuniões e que os procedimentos para a realização e condução dos trabalhos seguirá o que determina o Regimento Interno do CNRH, inclusive em relação aos prazos de convocação e envio de documentos. Porém, para um melhor disciplinamento do uso da ferramenta de videoconferência, o art. 2º também detalha, por meio dos seus cinco parágrafos, como se dará o acesso a sala de videoconferência, o registro de presença dos membros e qual o procedimento a ser utilizado em caso de algum problema

técnico que acarrete a interrupção do sinal de internet e, consequentemente, da reunião.

4.9. Procedimentos técnicos adicionais para realização das reuniões por meio de videoconferência serão oportunamente detalhados pela Secretaria Executiva do CNRH, conforme previsto no art. 3º da proposta, expedindo os atos necessários à operacionalização e dirimindo os casos omissos.

4.10. São estes os elementos que constam da referida proposta que ora se apresenta para normatizar a realização de reuniões por meio de videoconferência no âmbito deste Colegiado.

5. DOCUMENTOS RELACIONADOS

5.1. Minuta de Resolução que "dispõe sobre a realização de reuniões por meio de videoconferência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e suas instâncias, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, e dá outras providências" . (1858239)

6. CONCLUSÃO

6.1. Diante do exposto e, ainda, considerando que a publicação da resolução é fundamental para legitimar as futuras reuniões do CNRH por meio de videoconferência, previstas para reiniciarem em junho de 2020, submete-se a presente Nota Técnica e a proposta de resolução para os encaminhamentos necessários.

6.2. Sugere-se que a presente demanda seja encaminhada para avaliação da Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento para, caso concorde, seja assinada pelo presidente do CNRH e publicada no Diário Oficial da União.

À consideração superior.

ANDERSON FELIPE MEDEIROS BEZERRA

Assessor Técnico / Analista Ambiental
DRHB/SNSH/MDR

De acordo. Ao Secretário Nacional de Segurança Hídrica para deliberação e, caso concorde, remessa dos autos à Consultoria Jurídica deste Ministério.

RENATO SARAIVA FERREIRA

Diretor de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
DRHB/SNSH/MDR



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Felipe Medeiros Bezerra, Assessor(a) Técnico**, em 08/05/2020, às 20:39, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Saraiva Ferreira, Diretor de Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas**, em 08/05/2020, às 20:40, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1857534** e o código CRC **D677FDFD**.

Referência: Processo nº 59000.009279/2020-91

SEI nº 1857534



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MINUTA DE RESOLUÇÃO CNRH N. 210, DE DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre a realização de reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de suas instâncias por meio de videoconferência, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, em especial o disposto no seu § 5º do art. 6º, e na forma do seu Regimento Interno, e

Considerando as recomendações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde no sentido de evitar a realização de eventos presenciais devido aos riscos advindos da aglomeração de pessoas para fins de propagação do novo Coronavírus (Covid-19);

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que trata das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus, regulamentada pela Portaria MS nº 356, de 11 de março de 2020;

Considerando que, desde 13 de março de 2020, estão suspensas as reuniões presenciais em todas as instâncias deste Colegiado;

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade das discussões no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, bem como de propiciar o andamento das matérias de interesse do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, resolve:

Art. 1º. Autorizar, em caráter excepcional e temporário, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, a realização de reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de suas instâncias por meio de videoconferência.

Art. 2º. As reuniões por meio de videoconferência serão realizadas conforme calendário fixado pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e obedecerão às normas constantes do Regimento Interno.

§ 1º. No ato de convocação das reuniões será solicitado, aos conselheiros ou aos representantes nas câmaras técnicas e grupos de trabalho,

que confirmem a presença do respectivo participante com até três dias de antecedência.

§ 2º. A Secretaria Executiva encaminhará, por e-mail institucional, com até dois dias de antecedência, um link para dar acesso à videoconferência aos representantes que tiverem confirmado antecipadamente sua presença.

§ 3º. O registro de presença dos membros nas reuniões levará em conta o número de representantes que acessarem a videoconferência na abertura dos trabalhos, nos dias e horários determinados, tanto para o quórum de início quanto para o quórum de votação.

§ 4º. Caso ocorra algum problema técnico na geração do sinal que resulte na perda do quórum, a reunião será interrompida pelo prazo de até 30 (trinta) minutos.

§ 5º. No caso da necessidade de interrupção da reunião por motivos técnicos de geração de sinal, a reunião deverá ter sequência no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 3º. A Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos fica autorizada a expedir os atos necessários à operacionalização desta Resolução e a dirimir os casos omissos.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO
Presidente do CNRH

MARCELO PEREIRA BORGES
Secretário Executivo do CNRH



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Felipe Medeiros Bezerra, Assessor(a) Técnico**, em 08/05/2020, às 20:44, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Saraiva Ferreira, Diretor de Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas**, em 08/05/2020, às 20:45, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1858239** e o código CRC **DE2BA5A2**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, 8º ANDAR, SALA 831, BRASÍLIA/DF - CEP 70067-900 - TEL. : (61) 2034-5979/5722 - CONJUR@MDR.GOV.BR

PARECER n. 00229/2020/CONJUR-MDR/CGU/AGU

NUP: 59000.009279/2020-91

INTERESSADOS: CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ASSUNTO: ANÁLISE DE MINUTA DE ATO NORMATIVO - RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

EMENTA: ADMINISTRATIVO. ATO NORMATIVO. RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE REUNIÕES POR MEIO DE VIDEOCONFERÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E SUAS INSTÂNCIAS, ENQUANTO PERDURAR O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DECORRENTE DA PANDEMIA DE COVID-19. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA FAVORÁVEL. JURIDICIDADE DA MINUTA CONDICIONADA AO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES.

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Estratégicos,

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo encaminhado a essa Consultoria Jurídica, com fulcro no art. 11, incisos I e V, da Lei Complementar n.º 73/93 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), para fins de assessoramento jurídico no exame da Minuta de Resolução (SEI 1858239).
2. A referida Resolução "*dispõe sobre a realização de reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de suas instâncias por meio de videoconferência, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, e dá outras providências*" (SEI 1857534).
3. A Diretoria de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, justificando a edição da mencionada Resolução, emitiu a Nota Técnica n.º 10/2020/CGRH/DRHB /SNSH-MDR (SEI 1857534), onde apresenta a fundamentação técnica do pretendido normativo.
4. Constam dos autos a juntada das publicações oficiais no D.O.U. do Decreto n.º 10.000, de 03.09.2019, que "*dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos*"; da Lei n.º 13.979, de 06.02.2020, que "*dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019*"; e da Portaria n.º 356, de 11.03.2020, exarada pelo Sr. Ministro da Saúde, que "*dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)*".
5. Por fim, o Sr. Secretário Nacional de Segurança Hídrica encaminhou os autos eletrônicos a esta

Consultoria através do Despacho s/n, de 12.05.2020 (SEI 1859686), para avaliação jurídica da minuta.

6. É o relatório.

II. ANÁLISE JURÍDICA

7. Inicialmente, cumpre esclarecer que não compete a esta Consultoria Jurídica a análise do mérito administrativo do ato normativo que se pretende aprovar, cabendo à autoridade administrativa competente sopesar a conveniência e/ou oportunidade da elaboração do mencionado ato. Às consultorias jurídicas compete apenas a aferição do aspecto jurídico-legal das minutas cuja análise lhe são submetidas.

8. É nesse sentido o enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia Geral da União:

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável.

Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

9. Superado o introito, verifica-se que dentre o rol das competências do Ministério do Desenvolvimento Regional encontra-se a área da "*política nacional de recursos hídricos*" (art. 29, inc. IV da Lei n. 13.844/2019). Nesse sentido, a Lei nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, trata da composição, competência e gerenciamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH nos arts. 34 a 36:

DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 34. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos é composto por:

- I - representantes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos;
- II - representantes indicados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;
- III - representantes dos usuários dos recursos hídricos;
- IV - representantes das organizações civis de recursos hídricos.

Parágrafo único. O número de representantes do Poder Executivo Federal não poderá exceder à metade mais um do total dos membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Art. 35. Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos:

- I - promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários;
- II - arbitrar, em última instância administrativa, os conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;
- III - deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados;
- IV - deliberar sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos ou pelos Comitês de Bacia Hidrográfica;
- V - analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos;
- VI - estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- VII - aprovar propostas de instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica e estabelecer

critérios gerais para a elaboração de seus regimentos;

VIII - (VETADO)

IX – acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

X - estabelecer critérios gerais para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso.

XI - zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB);

XII - estabelecer diretrizes para implementação da PNSB, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB);

XIII - apreciar o Relatório de Segurança de Barragens, fazendo, se necessário, recomendações para melhoria da segurança das obras, bem como encaminhá-lo ao Congresso Nacional.

Art. 36. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos será gerido por:

I - 1 (um) Presidente, que será o Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional;

II - 1 (um) Secretário-Executivo, que será o titular do órgão integrante da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Regional responsável pela gestão dos recursos hídricos.

10. Nessa linha normativa, o referido Conselho encontra-se regulamentado pelo Decreto n. 10.000/2019, cuja análise jurídica prévia fora realizada por este Órgão Consultivo através do Parecer n. 00034/2019/CONJUR-MDR/CGU/AGU (NUP 59000.001303/2019-19). O regulamento assim trata das reuniões do CNRH:

Art. 6º O Conselho Nacional de Recursos Hídricos se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu Presidente ou por requerimento de um terço de seus membros.

§ 1º A convocação para a reunião ordinária será feita com antecedência de, no mínimo, trinta dias e, para a reunião extraordinária, com antecedência de, no mínimo, quinze dias.

§ 2º O quórum de reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos é de maioria absoluta dos membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 3º Em caso de empate, o Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ou o seu substituto, exercerá o direito do voto de qualidade.

§ 4º O Conselho Nacional de Recursos Hídricos se manifestará por meio de:

I - resolução;

II - moção; e

III - comunicação.

§ 5º Excepcionalmente, mediante justificativa, o Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos poderá editar atos **ad referendum** do Plenário, que serão apreciados na primeira reunião subsequente à edição do ato.

11. Depreende-se do excerto acima transcrito que o regulamento não foi exposto em determinar que a reunião dos membros do Conselho se dê de forma presencial, muito menos tangenciou acerca da possibilidade de realizar-se por videoconferência.

12. Ante a constatada omissão, a área técnica manifestou-se sobre o tema na Nota Técnica nº 10/2020 /CGRH/DRHB/SNSH-MDR (SEI 1857534):

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em virtude das medidas de proteção para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19), foram suspensas, desde 13 de março de 2020, as reuniões presenciais no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Considerando que não há previsão legal no Decreto nº 10.000/2019 para a realização de reuniões virtuais, nem no Regimento Interno do CNRH, elaborou-se esta proposta de resolução *ad*

referendum que autoriza, em caráter excepcional e temporário, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, a realização de reuniões por meio de videoconferência.

Ressalta-se que os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, a exemplo do Rio de Janeiro e Minas Gerais, estão publicando atos normativos semelhantes ao aqui proposto, visando dar a legitimidade necessária para o uso da tecnologia de videoconferências, de forma célere e objetiva, não prejudicando a agenda de reuniões e as pautas importantes para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

ANÁLISE

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, é um órgão colegiado, consultivo e deliberativo, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com as alterações dadas pelas Leis nºs 9.984/2000, 12.334/2010 e 9.666/2019, atualmente regulamentado pelo Decreto nº 10.000, de 03 de setembro de 2019. É composto por Ministérios com atuação no gerenciamento ou no uso das águas, bem como por representantes dos Conselhos Estaduais e Distrital de Recursos Hídricos, representantes dos setores usuários e da sociedade civil.

Considerando a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) declarada em 12 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e as determinações do Ministério da Saúde, no sentido de evitar a realização de eventos presenciais devido aos riscos advindos da aglomeração de pessoas para fins de propagação do novo Coronavírus, as reuniões presenciais no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em todas as suas instâncias, foram suspensas desde 13 de março de 2020, sendo necessária a adequação dos procedimentos para a continuidade das reuniões frente a nova realidade de isolamento social.

Com às restrições advindas da pandemia tornou-se essencial que os órgãos colegiados se reúnam e deliberem de forma virtual, valendo-se de recursos tecnológicos que permitem a participação de agentes públicos, situados em diferentes partes do país. No caso específico do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o Decreto nº 10.000/2019 ou em seu Regimento Interno não está prevista a realização de reuniões por meio de videoconferência, fato que impossibilitou a imediata retomada dos trabalhos deste Conselho.

Assim, dada a premência de se assegurar a continuidade das discussões no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, bem como de propiciar o andamento das matérias de interesse do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, propõe-se a publicação de resolução *ad referendum*, assinada pelo presidente do CNRH, autorizando a realização de reuniões virtuais com uso de tecnologia que permita discussão e votação remota, sem a presença física dos seus membros.

A proposta de Resolução *ad referendum* do Conselho ([1858239](#)) foi amplamente discutida no âmbito do Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas, contando, também, com contribuições da Agência Nacional de Águas.

A publicação da norma encontra respaldo legal no § 5º, art. 6º, do Decreto nº 10.000/2019:

§ 5º Excepcionalmente, mediante justificativa, o Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos poderá editar atos *ad referendum* do Plenário, que serão apreciados na primeira reunião subsequente à edição do ato.

A norma está fundamentada no preâmbulo e nos "*Considerandos*", bem como estruturado em quatro artigos, sendo que o art. 1º apresenta o objetivo da norma, que é autorizar a realização de reuniões por meio de videoconferência. (grifos nossos)

13. Como bem salientado pela documentação técnica no excerto acima transcrito, a pretendida Resolução *ad referendum*, a ser editada pelo Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (Sr. Ministro do Desenvolvimento Regional), encontra amparo no art. 6º, § 5º do Decreto n. 10.000/2019.

14. Acerca da motivação do ato, constata-se, sem maior esforço, a sua idoneidade ante a gravidade fática da situação sanitária atualmente observável em nível mundial, bem como por ir ao encontro das medidas estabelecidas na Lei n. 13.979/2020 e Portaria nº 356, de 11.03.2020, de lavra do Ministro da Saúde.

15. Aparte do objeto em análise, percebe-se a adaptação de toda a sociedade a essa nova realidade. Como

exemplo emblemático, menciona-se a Medida Provisória nº 931, de 30.03.2020, que em seus artigos 7º, 8º e 9º trouxe ao ordenamento a possibilidade do voto a distância dos sócios, associados e acionistas, respectivamente nas sociedades privadas, cooperativas e companhias.

16. No mais, é sabido que o Decreto 9.759/2019, que "*estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal*" é explícito na escolha, como padrão nas propostas de criação, de recriação, de extinção ou de modificação de colegiados na administração federal, das reuniões por videoconferência. Nesse sentido, não só elegeu o meio como regra, mas também impôs a apresentação de justificativa e disponibilidade orçamentária para a necessidade de encontros presenciais:

Art. 6º As propostas de criação, de recriação, de extinção ou de modificação de colegiados deverão:

(...)

II - estabelecer que as reuniões cujos membros estejam em entes federativos diversos serão realizadas por videoconferência;

17. **Nesse sentido, considerando todo plexo normativo acima mencionado e que não há regra cogente determinando que as reuniões sejam presenciais, sugere-se ao Sr. Presidente do CNRH e ao Sr. Secretário Executivo do CNRH que considerem a possibilidade/viabilidade técnica de submeter oportunamente a matéria à deliberação do colegiado, de modo a estabelecer-se como regra perene (e não provisória), no futuro, a reunião do CNRH por videoconferência.**

18. Noutro giro, pode-se concluir que a Resolução é o ato normativo (forma) adequado para o fim que se pretende, com seu motivo constando expressamente do regulamento (subsunção vertical). Ademais, foi indicada a autoridade para a assinatura do ato – o Presidente do CNRH, competente para tanto nos termos da legislação supratranscrita.

19. A Resolução, no sentido aqui empregado, tem a natureza jurídica de ato administrativo normativo que visa à correta aplicação da lei, expressando em minúcia o mandamento abstrato legal, com a mesma normatividade da regra legislativa. Em se tratando de elaboração de ato normativo há de se ressaltar que, não só as normas constitucionais são de observância obrigatória, mas também a Lei Complementar n. 95/1998, bem como o Decreto n. 9.191/2017, que em que pese ter como destinatário normas a serem exaradas pela Presidência da República, estabelece diretrizes claras e universais para a elaboração de atos normativos.

20. Nesse diapasão, verifica-se que, em linhas gerais e do ponto de vista estritamente jurídico, a Nota Técnica nº 10/2020/CGRH/DRHB/SNSH-MDR (SEI 1857534) atende ao disposto no art. 32 do Decreto n. 9.191/2017.

21. Como dito, o instrumento normativo pretende disciplinar a reunião por videoconferência do CNRH. Disso decorre que a Resolução em análise não trará por si qualquer impacto orçamentário. Não aplica-se ao caso, portanto, o mandamento do art. 32, inc. V do Decreto n. 9.191/2017.

22. Relativamente à constitucionalidade material, não se vislumbram obstáculos ao acolhimento da Minuta de Resolução no ordenamento jurídico pátrio, uma vez que seu conteúdo não viola disposições explícitas da Constituição, nem vertentes dos princípios da isonomia e da proporcionalidade (adequação e necessidade).

23. **Em que pese a higidez jurídica da minuta, verifica-se que não há aprovação da Minuta por parte do Sr. Secretário Nacional de Segurança Hídrica (Secretário-Executivo do CNRH), que apenas encaminhou os autos a esta Consultoria (SEI 1859686). Recomenda-se essa aprovação expressa antes de remeter-se os autos ao Gabinete do Exmo. Ministro de Estado.**

24. Ademais, pontuadas as ressalvas já apresentadas, como já abordado, não há vícios de juridicidade e legalidade a serem reparados, pois a proposição está adequada aos princípios gerais do Direito e ao sistema normativo vigente. No que diz respeito à técnica legislativa empregada, verifica-se que ela está de acordo com as regras do

Decretos n. 9.191/2017.

III. CONCLUSÃO

25. Ante o exposto, examinando-se exclusivamente os aspectos jurídico-formais, opina-se pela viabilidade jurídica da Minuta de Resolução (SEI 1858239), desde que atendidas as recomendações listadas nos **itens 17 e 23**.

26. Por fim, sugere-se a restituição dos autos para a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica para ciência e adoção das providências necessárias.

À consideração superior.

Brasília, 18 de maio de 2020.

RODRIGO AUGUSTO MARTINS
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 59000009279202091 e da chave de acesso 22f1b685

Documento assinado eletronicamente por RODRIGO AUGUSTO MARTINS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 426678415 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): RODRIGO AUGUSTO MARTINS. Data e Hora: 18-05-2020 13:45. Número de Série: 17241893. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, 8º ANDAR, SALA 831, BRASÍLIA/DF - CEP 70067-900 - TEL. : (61) 2034-5979/5722 - CONJUR@MDR.GOV.BR

DESPACHO n. 00430/2020/CONJUR-MDR/CGU/AGU

NUP: 59000.009279/2020-91

INTERESSADOS: CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ASSUNTOS: ATIVIDADE FIM

1. Encontro-me de acordo com os termos do Parecer n. 00229/2020/CONJUR-MDR/CGU/AGU, da lavra do Dr. Rodrigo Augusto Martins, proferido nos autos do processo em epígrafe.
2. À consideração do Sr. Consultor Jurídico. Após, sugere-se a restituição do processo à Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, conforme proposto.

Brasília, 18 de maio de 2020.

MARCELO EDUARDO MELO BARRETO
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 59000009279202091 e da chave de acesso 22f1b685

Documento assinado eletronicamente por MARCELO EDUARDO MELO BARRETO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 428576127 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARCELO EDUARDO MELO BARRETO. Data e Hora: 18-05-2020 14:35. Número de Série: 49906031787313044759976516647. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
GABINETE DO CONSULTOR JURÍDICO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, 8º ANDAR, SALA 833, BRASÍLIA/DF - CEP 70067-900 - TEL. : (61) 2034-5969/5979 - CONJUR@MDR.GOV.BR

DESPACHO n. 00432/2020/CONJUR-MDR/CGU/AGU

NUP: 59000.009279/2020-91

INTERESSADOS: CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ASSUNTOS: ATIVIDADE FIM

1. Estou de acordo com o **DESPACHO n. 00430/2020/CONJUR-MDR/CGU/AGU**, que aprovou o **PARECER n. 00229/2020/CONJUR-MDR/CGU/AGU**.
2. Retornem os autos à Secretaria Nacional de Segurança Hídrica.

Brasília, 19 de maio de 2020.

(assinado eletronicamente)

ANDRÉ AUGUSTO DANTAS MOTTA AMARAL
ADVOGADO DA UNIÃO
CONJUR/MDR

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 59000009279202091 e da chave de acesso 22f1b685

Documento assinado eletronicamente por ANDRE AUGUSTO DANTAS MOTTA AMARAL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 429386606 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ANDRE AUGUSTO DANTAS MOTTA AMARAL. Data e Hora: 19-05-2020 14:25. Número de Série: 23856961436642311269338425808. Emissor: Autoridade Certificadora da Presidencia da Republica v5.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RESOLUÇÃO CNRH N. 210, DE 11 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre a realização de reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de suas instâncias por meio de videoconferência, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, em especial o disposto no seu § 5º do art. 6º, e na forma do seu Regimento Interno, e

Considerando as recomendações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde no sentido de evitar a realização de eventos presenciais devido aos riscos advindos da aglomeração de pessoas para fins de propagação do novo Coronavírus (Covid-19);

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que trata das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus, regulamentada pela Portaria MS nº 356, de 11 de março de 2020;

Considerando que, desde 13 de março de 2020, estão suspensas as reuniões presenciais em todas as instâncias deste Colegiado;

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade das discussões no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, bem como de propiciar o andamento das matérias de interesse do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, resolve:

Art. 1º. Autorizar, em caráter excepcional e temporário, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, a realização de reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de suas instâncias por meio de videoconferência.

Art. 2º. As reuniões por meio de videoconferência serão realizadas conforme calendário fixado pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e obedecerão às normas constantes do Regimento Interno.

§ 1º. No ato de convocação das reuniões será solicitado, aos conselheiros ou aos representantes nas câmaras técnicas e grupos de trabalho,

que confirmem a presença do respectivo participante com até três dias de antecedência.

§ 2º. A Secretaria Executiva encaminhará, por e-mail institucional, com até dois dias de antecedência, um link para dar acesso à videoconferência aos representantes que tiverem confirmado antecipadamente sua presença.

§ 3º. O registro de presença dos membros nas reuniões levará em conta o número de representantes que acessarem a videoconferência na abertura dos trabalhos, nos dias e horários determinados, tanto para o quórum de início quanto para o quórum de votação.

§ 4º. Caso ocorra algum problema técnico na geração do sinal que resulte na perda do quórum, a reunião será interrompida pelo prazo de até 30 (trinta) minutos.

§ 5º. No caso da necessidade de interrupção da reunião por motivos técnicos de geração de sinal, a reunião deverá ter sequência no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 3º. A Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos fica autorizada a expedir os atos necessários à operacionalização desta Resolução e a dirimir os casos omissos.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO
Presidente do CNRH

MARCELO PEREIRA BORGES
Secretário Executivo do CNRH



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Pereira Borges, Secretário(a) Nacional de Segurança Hídrica**, em 22/05/2020, às 13:17, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Simonetti Marinho, Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional**, em 26/05/2020, às 09:10, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1860358** e o código CRC **053B078F**.

ANEXO	
QUADRO DE ASSEMBLHAÇÃO	
CARGOS OU FUNÇÕES DE SERVIDORES CIVIS	POSTO/GRAD.
-Consultor Jurídico-Adjunto do COMAER -Reitor do ITA -Vice-Reitor do ITA	Oficial-General
-Direção e Assessoramento Superior (DAS-100) -Nível Superior - Classes C e Especial -Magistério Federal: Professor da Carreira de Magistério Superior (Titular e Associado) - Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) (Classe D IV e Titular) -Ciência e Tecnologia - Titular e Sênior -Advogado da União	Oficial Superior
-Nível Superior - Classes A e B -Magistério Federal: Professor da Carreira de Magistério Superior (Adjunto, Assistente e Auxiliar) - Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) (Classe D I, D II e D III) -Ciência e Tecnologia -Pleno 3, 2 e 1, Adjunto, Assistente e Júnior	Demais Oficiais
-Nível Intermediário - Classes C e Especial -Ciência e Tecnologia - Técnico 3 e Assistente 3	Suboficial
-Nível Intermediário - Classes A e B -Ciência e Tecnologia - Técnico 1 e 2 e Assistente 1 e 2	Sargento
-Cargos de Nível Auxiliar	Cabo
OBSERVAÇÃO: Nos casos de designações de Servidores Civis para exercerem Cargos ou Funções privativas de categorias de Nível ou Classe superiores, ou mesmo de Postos ou Graduações acima da respectiva assemblhação, publicadas em meios de comunicação oficial, implicará aos Servidores Civis em questão as prerrogativas inerentes a esta situação.	

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.469, DE 26 DE MAIO DE 2020

Altera a Portaria n. 1.927, de 12 de agosto de 2019, que institui o Programa de Integridade do Ministério do Desenvolvimento Regional

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e considerando o disposto no Decreto n. 9.203, de 22 de novembro de 2017, na Portaria CGU n. 57, de 4 de janeiro de 2019, e no Decreto n. 10.290, de 24 de março de 2020, resolve:

Art. 1º A Portaria n. 1.927, de 12 de agosto de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º

I -

II -

III -

IV -

V - Coordenação-Geral de Planejamento Institucional e Desenvolvimento;

VI -

VII - Coordenação-Geral de Gestão de Processos e Inovação.

§ 1º

§ 2º " (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

RESOLUÇÃO Nº 210, DE 11 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre a realização de reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de suas instâncias por meio de videoconferência, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, em especial o disposto no seu § 5º do art. 6º, e na forma do seu Regimento Interno, e

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1974

Balanço Patrimonial Realizado em 31 de dezembro de 2019 (em Reais)							
ATIVO	Notas	Dezembro/19	Dezembro/18	PASSIVO	Notas	Dezembro/19	Dezembro/18
CIRCULANTE		310.704.073,86	270.200.412,79	CIRCULANTE		1.835.430.320,63	308.103.082,53
Caixa e Equivalentes de Caixa	03	151.735.869,67	133.280.007,55	Obrigações Trabalhistas, Previd. Assist.	10	71.464.694,77	67.593.773,68
Créditos a Curto Prazo - Faturas	04	59.945.516,35	56.814.500,83	Salários a Pagar e Encargos Trabalhistas		62.868.868,28	59.257.111,05
Faturas/Duplicatas		59.945.516,35	56.814.500,83	Previdência Privada Complementar		8.595.826,49	8.336.662,63
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	05	99.022.687,84	80.105.904,41	Fornecedor Nacional e Contas a pagar	11	24.643.166,09	57.350.755,20
Adiantamentos Concedidos		2.145.691,73	2.610.289,12	Obrigações Fiscais	12	87.965,99	78.920,22
Tributos a Recuperar/Compensar		5.904.268,67	8.329.729,72	Demais Obrigações	13	1.739.234.493,78	183.079.633,43
Outros Créditos a Receber		90.306.918,80	68.413.195,75				
Estoque de Almoxarifado		457.770,72	570.458,59				
Despesas pagas antecipadamente		208.037,92	182.231,23				
NÃO CIRCULANTE		2.105.991.355,07	1.700.786.042,47	NÃO CIRCULANTE		223.605.230,53	190.233.243,71
Realizável a Longo Prazo	06	47.561.466,19	45.976.901,53	Obrigações a Longo Prazo	14	223.605.230,53	190.233.243,71
Créditos de Longo Prazo - Faturas		2.109.680,35	3.648.559,84	Previdência Privada e Complementar		33.944.328,46	37.207.258,50
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		45.152.703,27	42.185.277,95	Obrigações Fiscais		3.605.000,00	3.605.000,00
Títulos Públicos - Letras Especiais		299.082,57	143.063,74	Provisões - Riscos de Passivos Contingentes		186.055.902,07	149.420.985,21
Investimentos - Participações Permanentes	07	3.077.061,81	3.077.061,81				
Imobilizado	08	2.052.188.606,40	1.648.936.344,97	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	357.659.877,77	1.472.650.129,02

Considerando as recomendações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde no sentido de evitar a realização de eventos presenciais devido aos riscos advindos da aglomeração de pessoas para fins de propagação do novo Coronavírus (Covid-19);

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que trata das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus, regulamentada pela Portaria MS nº 356, de 11 de março de 2020;

Considerando que, desde 13 de março de 2020, estão suspensas as reuniões presenciais em todas as instâncias deste Colegiado;

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade das discussões no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, bem como de propiciar o andamento das matérias de interesse do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, resolve:

Art. 1º. Autorizar, em caráter excepcional e temporário, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, a realização de reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de suas instâncias por meio de videoconferência.

Art. 2º. As reuniões por meio de videoconferência serão realizadas conforme calendário fixado pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e obedecerão às normas constantes do Regimento Interno.

§ 1º. No ato de convocação das reuniões será solicitado, aos conselheiros ou aos representantes nas câmaras técnicas e grupos de trabalho, que confirmem a presença do respectivo participante com até três dias de antecedência.

§ 2º. A Secretaria Executiva encaminhará, por e-mail institucional, com até dois dias de antecedência, um link para dar acesso à videoconferência aos representantes que tiverem confirmado antecipadamente sua presença.

§ 3º. O registro de presença dos membros nas reuniões levará em conta o número de representantes que acessarem a videoconferência na abertura dos trabalhos, nos dias e horários determinados, tanto para o quórum de início quanto para o quórum de votação.

§ 4º. Caso ocorra algum problema técnico na geração do sinal que resulte na perda do quórum, a reunião será interrompida pelo prazo de até 30 (trinta) minutos.

§ 5º. No caso da necessidade de interrupção da reunião por motivos técnicos de geração de sinal, a reunião deverá ter sequência no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 3º. A Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos fica autorizada a expedir os atos necessários à operacionalização desta Resolução e a dirimir os casos omissos.

Art. 4o. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO
Presidente do Conselho

MARCELO PEREIRA BORGES
Secretário-Executivo

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.470, DE 26 DE MAIO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Cajuri-MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Cajuri-MG, no valor de R\$ 142.167,19 (cento e quarenta e dois mil cento e sessenta e sete reais e dezenove centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.004032/2020-73.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

